

## O passado como imagem dialética: reflexões sobre as narrativas da italianidade em Santa Teresa/ES

*The past as a dialectical image: reflections regarding the Italianity narratives in Santa Teresa/ES*

Arnaldo Pinto Junior\*

Márcia Regina Rodrigues Ferreira\*\*

Felipe Dias de Oliveira Silva\*\*\*

Palavras-chave:  
História cultural  
Italianidade  
Imagem dialética

Resumo: Este artigo analisa construções simbólicas em torno da italianidade, expressas tanto nas práticas culturais de Santa Teresa/ES quanto na Lei nº 13.617/2018, que a reconhece como pioneira da imigração italiana no Brasil. Aproximando-se do conceito benjaminiano de imagem dialética, cuja formulação aborda relações do presente com o passado e aponta a linguagem como lugar de sua expressão, problematizamos a constituição de uma narrativa histórica que destaca apenas integrantes e valores da comunidade desejada. Compreendendo a cultura como um campo plural e dinâmico, tomamos a lei na acepção de mônada. O percurso metodológico escolhido nos instiga a refletir sobre a italianidade como uma construção social produtora de visões de mundo, sociabilidades e sensibilidades. Outrossim, fornece subsídios para realizarmos uma análise da cultura como espaço constituído por tensões, conflitos e negociações, ora ocorrendo de forma sutil, alegórica, consentida, ora de maneira impositiva e excludente.

Keywords:  
Cultural history  
Italianity  
Dialectical image

Abstract: This article assays the symbolic constructions around Italianity, expressed both in cultural practices in Santa Teresa/ES and Law nº 13.617/2018, which recognizes as a pioneer of Italian immigration in Brazil. Approaching the concept of dialectical image formulated by Walter Benjamin, which addresses the relations between present and past and shows language as a place of its expression, we issue the constitution of a historical narrative that highlights only members and values of the desired community. Understanding culture as an open, plural and dynamic field, we focus on the Law in the sense of monad. The chosen methodological path urges us to reflect on Italianity as a social construction that produces perspectives of the world, sociability forms and sensitivity. Moreover, it provides clear ways for the analysis of culture as a space made of tensions, conflicts and negotiations that sometimes occur in a subtle, allegorical, consented, sometimes imposing and exclusionary way.

Recebido em 03 de maio de 2023. Aprovado em 1º de agosto de 2023.

### Introdução

A Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018), sancionada pelo presidente Michel Temer em 11 de janeiro de 2018, reconhece oficialmente Santa Teresa<sup>1</sup> como pioneira da imigração italiana no país. De autoria do deputado federal Sérgio Vidigal (Partido Democrático Trabalhista – Espírito Santo), o Projeto

de Lei nº 2.619 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015) tramitou aproximadamente dois anos e meio até ser transformado em Lei Ordinária. Entre suas justificativas, além dos aspectos históricos relacionados à imigração italiana, o referido autor do Projeto destacou as potencialidades turísticas do território:

\* Livre-docente em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: [apjfe@unicamp.br](mailto:apjfe@unicamp.br)

\*\* Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: [marciarrodriques@live.com](mailto:marciarrodriques@live.com)

\*\*\* Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: [felipediastrabalho@gmail.com](mailto:felipediastrabalho@gmail.com)

Santa Teresa é reconhecida como a primeira cidade formada por imigrantes italianos do Brasil e, por isso, se tornou um celeiro cultural e histórico europeu. Além da forte cultura italiana que, por si só, já é um atrativo turístico, 40% do seu território é formado por mata atlântica e possui rica fauna e flora. Esse fato atrelado ao potencial histórico da cidade atraem [sic] milhares de turistas todos os anos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 2).

Sem apontar quem reconhecia Santa Teresa como a primeira cidade formada por italianos no país, em sua exposição de motivos Sérgio Vidigal também valorizou as riquezas naturais da região que, somadas à referida comunidade de imigrantes, seriam responsáveis pelo seu desenvolvimento econômico. Nos argumentos mobilizados, são observadas perspectivas elitistas cujas concepções reforçam a ideia de um conhecimento histórico invariavelmente atrelado à cultura europeia *pari passu* à romantização da fauna e flora como meras atrações turísticas.

A cultura, em seus aspectos plurais, é constantemente resignificada pelos sujeitos em suas experiências sociais, marcadas por tensões, conflitos e negociações (THOMPSON, 1998). Por conseguinte, a Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018), tomada neste trabalho como mônada (BENJAMIN, 2012), suscita questionamentos sobre as construções simbólicas em torno da italianidade, as formas de sensibilidades imbricadas nos processos de identificação e pertencimento e o lugar social dos sujeitos produtores de narrativas históricas.

Ao dialogarmos com referenciais teórico-metodológicos dos estudos culturais, procuramos reconhecer e valorizar as ações dos sujeitos em seus respectivos tempos e espaços coletivos de vida. Dessa forma, tratamos de mulheres e homens inteiros – isto é, considerando suas dimensões racionais e sensíveis (GALZERANI, 2016) –, atuantes entre movimentos de dominação e resistência, nos quais forças sociais continuamente se enfrentam procurando consolidar suas visões de mundo ao produzir e/ou resignificar conhecimentos (CERTEAU, 2011; THOMPSON, 1981). Conforme

o historiador Peter Burke (2005, p. 10), os estudos culturais preocupam-se com o “simbólico e suas representações”, questões evidenciadas nas discussões sociais e legislativas existentes na sanção da Lei tomada como uma das fontes deste artigo.

As relações sociais que envolvem elaborações simbólicas e suas representações culturais podem ser percebidas a partir da apresentação do Projeto de Lei nº 2.619 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), com vistas a instituir no calendário oficial brasileiro o dia de 26 de junho como data de reconhecimento do pioneirismo de Santa Teresa na imigração italiana no país. Na proposição inicial do Projeto, encontramos a ata da audiência pública realizada no Plenário da Câmara Municipal da cidade em questão, em 08 de agosto de 2015. Nela, participaram representantes políticos de âmbito local, estadual e nacional, o presidente do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), integrantes de instituições e associações religiosas, culturais e comerciais, pesquisadores e moradores locais.

Na Câmara dos Deputados, após a tramitação ordinária o Projeto de Lei teve parecer favorável da Comissão de Cultura, cujo relator foi o deputado federal Félix Mendonça Filho (Partido Democrático Trabalhista – Bahia). Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, responsável pela avaliação de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a tramitação ocorreu sem ressalvas, com relatoria do deputado federal Max Filho (Partido da Social Democracia Brasileira – Espírito Santo). Mediante a aprovação no âmbito legislativo e a posterior sanção presidencial no dia 11 de janeiro de 2018, o Projeto passou a ser denominado Lei nº 13.617.

Destarte, a Lei em foco é uma expressão de valores socioculturais e visões de mundo, apresentando-se como uma mônada em termos benjaminianos, ou seja, uma miniatura de significados para a apropriação da história da imigração. Como centelha que nos instiga à reflexão, ao se tratar de um projeto conduzido por atores específicos em contextos definidos, esse processo exprime uma forma singular de registrar acontecimentos do passado como meio

de atualização e celebração da história. No texto intitulado *Sobre o conceito da história*, o filósofo Walter Benjamin (2012, p. 243) aborda relevantes questões acerca das nossas formas de relação com o passado:

A verdadeira imagem do passado *passa voando*. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade [...]. Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sintá visado por ela. (grifo do autor).

Esse excerto nos remete a diversas questões: que imagens do passado estamos capturando? Quais delas são privilegiadas no presente? Como memórias e esquecimentos estão sendo produzidos por nossa sociedade? O texto de Benjamin reforça a necessidade de tensionarmos a relação entre os enunciados que evocam o passado e quem os profere, para se pensar nos sentidos construídos, compartilhados e até mesmo disputados na elaboração das narrativas sobre a história de Santa Teresa e de outras cidades contemporâneas. No caso da urbe ora focalizada, identificamos disputas e intencionalidades participantes do processo de reconhecimento do seu pioneirismo histórico. Com isso, buscamos identificar concepções culturais valorizadas e silenciadas, operações regulatórias acerca de determinadas falas, agentes interessados em organizar espaços e tempos sociais, em instituir, ocultar ou reformular sentidos, em consolidar relatos específicos (CERTEAU, 2008).

Dessa forma, temos o objetivo de discutir as construções simbólicas relativas à italianidade de Santa Teresa neste artigo, tratando tal processo como resultado das narrativas produzidas em torno da identificação étnica dos italianos e de seus descendentes, considerando as potencialidades do conceito benjaminiano de imagem dialética e das contribuições dos estudos culturais para nossas análises.

## A imigração italiana e as representações do passado

A história do Núcleo Timbuhy, área atualmente localizada no município de Santa Teresa, insere-se no contexto do projeto colonizador do governo imperial brasileiro na segunda metade do século XIX, então articulado ao avanço das concepções relativas à modernidade capitalista no país. Marcado pelos ideais de progresso e civilização, tal projeto se notabilizou pelas iniciativas que valorizavam aspectos relacionados à industrialização, urbanização e imigração como importantes pilares de uma moderna nação, a qual deveria superar as atrasadas e, então, indesejáveis estruturas produtivas agrárias exportadoras movidas pelo uso de mão de obra escravizada.

Nos dias de hoje, diversas cidades do Espírito Santo são reconhecidas por uma identidade cultural diretamente ligada à origem italiana. Dentre elas destacamos Santa Teresa, onde parte dos descendentes, associações formadas por moradores e ações coordenadas pelos poderes públicos procuram, por meio da recriação e reinvenção do passado, afirmar e divulgar as tradições culturais dos imigrantes.

Entretendo os fios do outrora no agora (LÖWY, 2005), o processo legislativo de reconhecimento oficial de Santa Teresa como município pioneiro da imigração italiana no Brasil, ocorrido entre os anos de 2015 e 2018, tem como um de seus fundamentos o documento datado de 28 de outubro de 1874, encaminhado pelo colono Francesco Merlo ao então administrador da província do Espírito Santo, o 1º vice-presidente Coronel Manuel Ribeiro Coutinho. Estabelecido na Colônia de Santa Leopoldina, no Núcleo Timbuhy, Merlo solicitou à administração provincial o ressarcimento dos gastos que teve com a passagem da Itália à Colônia de Nova Trento, alegando não ter sido reembolsado pelo contratante.

Localizado no acervo do APEES, o citado documento faz parte de um grande conjunto de

escritos referentes aos imigrantes italianos que chegaram ao porto de Vitória no navio Sofia, em 17 de fevereiro de 1874. Esses sujeitos foram contratados por Pietro Tabacchi, originário de Trento, que se estabeleceu no Espírito Santo por volta de 1850 e possuía uma fazenda em Santa Cruz, hoje o município de Ibirapu. Segundo Muniz (2009, p. 54), os imigrantes oriundos do navio Sofia são “[...] os primeiros italianos que, em grupo, chegaram às terras capixabas por meio de empreendimento de imigração”.

Na década de 1870, diante das facilidades oferecidas pelo governo imperial aos proprietários de terras desejosos por usufruir de mão de obra europeia, Tabacchi conseguiu um contrato com o governo da província, comprometendo-se a trazer imigrantes europeus para trabalhos na agricultura, recebendo uma alta recompensa. Pactuou ainda, entre outras medidas, fundar uma colônia, nomeada posteriormente como Nova Trento. Os propagandistas de Tabacchi atuaram principalmente no Trentino, mas também no Vêneto, atraindo grande número de interessados (GROSSELLI, 2008).

No tocante aos colonos da expedição Tabacchi, os indícios de descontentamento foram manifestados pouco tempo depois da chegada do grupo na fazenda Montes das Palmas. A má qualidade da terra, as péssimas condições das instalações improvisadas em barracões e a distância entre elas e a fazenda de Tabacchi foram apontadas como as principais motivações da insatisfação dos imigrantes (GROSSELLI, 2008). Assim, o projeto em tela, marcado por descontentamentos e revoltas, malogrou.

Em sua abordagem sobre a imigração italiana no Espírito Santo, Grosselli (2008) aponta os diversos aspectos causadores de revoltas entre os colonos: a longa travessia em embarcações inadequadas, superlotadas e com escassez de alimentos; a recepção em portos desprovidos de estruturas específicas; as péssimas condições de acomodação nos barracões onde permaneciam por um longo período até a construção de suas próprias casas; as carências alimentares; a difícil adaptação às novas dinâmicas climáticas; as epidemias. O autor

descreve, de forma concisa, a situação enfrentada pelo imigrante:

[...] antes de tudo, encontrava-se finalmente no lugar que tanto sonhara, em que deveria permanecer para o resto de sua vida. E aquele lugar não correspondia de maneira alguma às suas expectativas: não havia nem uma casa e nem um campo à sua espera, apenas a floresta. (GROSSELLI, 2008, p. 299).

Diante dessas circunstâncias, o grupo composto por 388 imigrantes se dividiu e parte dele se instalou na Colônia Imperial de Santa Leopoldina, sendo direcionado ao Núcleo Timbuhy, marcando a origem do município de Santa Teresa. Os membros da expedição Tabacchi são considerados, com base em documentos do APEES, fundadores da primeira colônia de imigrantes italianos no Brasil.

Conforme a manifestação do diretor do APEES – na mencionada audiência pública realizada em 08 de agosto de 2015 no Plenário da Câmara Municipal de Santa Teresa – os documentos produzidos por esse grupo, dentre eles a reivindicação de serviços públicos como escolas, atestam a presença de colonos italianos no Núcleo Timbuhy desde 6 de junho de 1874. Esse conjunto documental provaria “de forma incontestável, o fato de que Santa Teresa é o município onde se fixaram as primeiras famílias de imigrantes italianos em solo brasileiro” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 5).

Todavia, cabe ressaltar que os primeiros imigrantes destinados oficialmente pelo governo provincial ao Núcleo Timbuhy chegaram a bordo do navio Rivadávia, oriundo de Havre, na França, em 17 de abril de 1875. O grupo de trentinos-tirolezes, após um período de quarentena no Rio de Janeiro, seguiu viagem para Vitória nos navios Ceres e Bahia, desembarcando no dia 2 de junho de 1875. De lá, foram encaminhados à sede da Colônia de Santa Leopoldina em pequenas embarcações via rio Santa Maria da Vitória e, na sequência, seguiram a pé para a região mencionada onde, por meio de sorteio, receberam seus lotes no dia 26 de junho<sup>14</sup> de 1875 (GROSSELLI, 2008; SCALZER, 2014).

Com base em documentos do APEES, Grosselli (2008) afirma que nesse período o núcleo Timbuhy ganhava forma e sua ocupação era incentivada pelas autoridades da Colônia de Santa Leopoldina. Um exemplo desse incentivo pode ser encontrado no relato da direção da colônia, datado de 11 de julho de 1875, quando a questão foi tratada nos seguintes termos:

Convém desde já encaminhar a emigração para Timbuhy [...]. Este novo núcleo desenvolve-se à margem da estrada de Santa Teresa, acompanhando em princípio o Rio do Norte e depois o Rio Timbuhy. Escolhi quatro lotes em lugar conveniente para o estabelecimento do futuro povoado [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Grupo Documental Governadoria, Segunda Série (383 L), livro 71, 1872-1875).

A chegada do grupo de trentino-tiroleses do Rivadávia assinala, no conjunto de empreendimentos colonizatórios da segunda metade do século XIX, a abertura oficial do Núcleo Timbuhy (SCALZER, 2014). Na esfera do poder legislativo federal os procedimentos de pesquisa científica não recebem a devida atenção, visto que as narrativas históricas instituídas pelas autoridades políticas acabam trazendo distorções capazes de impactar a interpretação do passado.

## **A produção do conhecimento histórico e o conceito de imagem dialética**

Ao tratar a cultura como um campo aberto, plural e dinâmico, Thompson (1998) nos inspira a focalizar o processo que envolveu a tramitação e sanção da Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018), considerando os atores envolvidos e circunstâncias determinantes. Favaro (2010, p. 794) também apresenta contribuições para refletirmos sobre os significados da Lei e os atores envolvidos em sua promulgação, ao considerar que:

[...] nenhum dos meios de que um grupo se vale visando apreender uma dada leitura do social é um discurso neutro. Na verdade, tais discursos exercem socialmente um grande efeito normativo, dado que produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas, familiares) que tendem a impor autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas.

No âmbito da Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018), o período das migrações italianas no século XIX, as experiências singulares dos colonos da expedição Tabacchi e suas expectativas de vida em uma nova terra são retomados, por determinados sujeitos, para dar visibilidade às leituras históricas produzidas no presente, e estas pretendem instituir e/ou preservar um passado desejado, ou seja, em consonância com representações idealizadas e seus projetos socioculturais.

Nesse sentido, nos aproximamos do trabalho de análise realizado pelos historiadores Hobsbawm e Ranger relativo aos processos de formalização e ritualização do passado, compreendidos dentro de uma ação denominada “a invenção das tradições”.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 9).

A ideia de continuidade com um passado histórico apropriado está relacionada às observações realizadas pelos autores acerca das tradições inventadas desde a Revolução Industrial. Para Hobsbawm e Ranger (1984), a invenção das tradições pode ser classificada em três categorias inter-relacionadas. A primeira

(na visão dos autores, a que teria prevalecido) é aquela que pretende estabelecer ou simbolizar uma coesão social, ou as condições de admissão de um grupo/comunidade, sejam elas reais ou artificiais. Outra categoria pretende instaurar ou legitimar instituições, *status* ou relações de autoridade. Por fim, a terceira tem como principal propósito a socialização, a inculcação de ideias, de sistemas de valores e padronização de comportamentos.

Ao problematizar as formas de apropriação do passado, esses autores nos instigam a pensar na italianidade e em seus significados para o município de Santa Teresa. A construção de um único sentido de identificação para a comunidade local – isto é, a partir das representações e das referências simbólicas dessa nação europeia – evidencia a relação de forças sociais que envolveu o processo de reconhecimento do pioneirismo regional na imigração italiana ao Brasil. A valorização dos italianos em detrimento dos demais grupos (por exemplo, imigrantes de outras nacionalidades, povos originários e afrodescendentes) reafirma a busca de uma verdade histórica, a qual acaba correspondendo aos anseios de seus defensores, ao mesmo tempo em que apaga os rastros da efetiva participação de outros sujeitos. Assim, podemos abordar criticamente a insistente construção da identidade italiana de Santa Teresa, considerando o seu pretense estatuto de verdade, como também as artificiais noções de continuidade do passado e a necessidade de perpetuar tradições localizadas mais no campo do desejo do que nas práticas culturais desenvolvidas em outros tempos. Para Hobsbawm e Ranger (1984, p. 10):

[...] na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.

A repetição quase obrigatória do passado pode ser entendida como uma estratégia de

consolidação de uma determinada narrativa histórica. Além disso, a artificial continuidade traz consigo a concepção de ininterrupta marcha do tempo, podendo ofuscar as intencionalidades dos sujeitos que pretendem (no presente) ratificar suas visões em relação ao passado.

Em contraposição, destacamos a existência de concepções de tempo que consideram múltiplas dimensões e perspectivas na construção das relações entre o presente e o passado de grupos sociais, instituições ou países. Compreensões multiperspectivadas de tempo potencializam problematizações sobre o sentido das narrativas históricas uniformizadoras. Por isso, tomamos como outra referência os estudos de Kang (2009). Ao dialogar com os escritos de Benjamin, o autor afirma que o “[...] objeto da história em geral [ou pelo menos, particularmente, na era da comunicação de ‘massa’ que se segue ao avanço da tecnologia moderna de impressão] se transforma em imagem, e não mais em histórias” (KANG, 2009, p. 222).

Segundo Benjamin (2012), na sociedade que trata a modernidade como espetáculo, a cultura é transformada em “objeto” comercializável, mais um recurso para envolver os sujeitos nas fantasmagorias do progresso, ou seja, idealizações responsáveis por apresentar efeitos destrutivos nas relações sociais, na percepção do tempo e do espaço. Nesse propósito, dialogamos com a ideia benjaminiana de imagem dialética, que, por meio da percepção do objeto histórico como fragmento figurativo, estimula as reflexões sobre o passado considerando o “tempo do agora”, no qual a experiência não permanece no passado, uma vez que ela é recuperada na forma de uma imagem elaborada na relação com as inquietações do presente (KANG, 2009).

Ao discutir o conceito de imagem dialética em Benjamin, Kang (2009, p. 228) salienta:

A fantasmagoria não indica um modo nem parcial nem transitório, mas geral, de experiência, decorrente da expansão da transformação de todas as relações sociais segundo a lógica da mercadoria. Ao colocar a noção de fantasmagoria no centro de sua análise da modernidade, Benjamin estabelece uma nova base teórica a partir da qual desenvolve uma

análise mais sistemática da cultura pós-aurática, isto é, a cultura do espetáculo.

Ao abordar o inacabado projeto “Passagens” de Benjamin, Matos (2009) afirma que tanto a sociedade do espetáculo nos primórdios de sua formação quanto a fetichização das mercadorias em circulação produziram uma gama de imagens modificadoras da cultura do século XIX. Segundo Matos (2009, p. 1124), o referido período, “malgrado suas pretensões racionalistas, é prisioneiro de um tempo cíclico, o das fantasmagorias”.

Ao pretender realizar a crítica da modernidade, ou seja, da cultura produzida principalmente no decorrer do século XIX, Benjamin (2009, p. 504) trabalha no texto intitulado *Teoria do conhecimento, teoria do progresso* com a seguinte ideia:

[...] a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem.

Pensando que as imagens dialéticas se expressam e são constituídas na linguagem, essas se instituem na interseção do pensamento, da oralidade, da escrita, da imagem, do espaço, enfim, das produções e representações culturais no geral. Para Didi-Huberman (1998, p. 79), as sensíveis reflexões benjaminianas tratam das relações dialéticas do conhecimento:

Seja como for, Benjamin nos deu a compreender a noção de imagem dialética como forma e transformação, de um lado, como conhecimento e crítica do conhecimento, de outro. Ela é, portanto, comum – segundo um motivo um tanto nietzschiano – ao artista e ao filósofo. Não mais uma coisa somente “mental”, assim como não deveria ser considerada como uma imagem simplesmente “reificada” num poema ou num quadro. Ela

mostra justamente o motor dialético da criação como conhecimento e do conhecimento como criação.

A potente crítica benjaminiana relativa à cultura abre brechas para discorrermos sobre a produção e a legitimação do conhecimento na contemporaneidade. A Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018) destaca as marcas da italianidade na história de Santa Teresa. Se abordarmos essa fonte considerando o conceito de imagem dialética, somos estimulados a pensar que “um minuto aparentemente fragmentário, isolado, é um minuto à espera de constituir uma constelação” (KANG, 2009, p. 224). Por conseguinte, como uma mônada, esse recorte representa um caminho para analisarmos as construções simbólicas relativas à italianidade no diálogo com a pluralidade de percursos estabelecidos pelos diferentes sujeitos partícipes da construção da história de Santa Teresa.

Tal formação identitária pode ser compreendida como uma narrativa histórica construída simbolicamente em torno dos projetos de vida dos imigrantes italianos em uma terra distante, repleta de desafios e possibilidades. Entremeada a essa tecitura, identifica-se “[...] uma visão idealizada do italiano como um homem empreendedor, em sua constante busca para superar adversidades e recomeçar” (DADALTO, 2008, p. 163). Por mais que a narrativa possa remeter ao senso de coletividade dos descendentes daquele grupo de imigrantes, o discurso do *self-made man* surge com muita intensidade nas imagens dos homens que trabalharam, formaram famílias e venceram no novo mundo.

Muito em voga atualmente, a ideia do sujeito empreendedor – capaz de superar as adversidades, recomeçar em outros lugares e condições, encontrar oportunidades para vencer na vida – tem sua própria historicidade. Ao tratar dos homens modernos urbanos como seres humanos dotados de mobilidade, Sennett (1988, 2008) discorre acerca da conformação do individualismo nas sociedades contemporâneas levando em consideração concepções iluministas do século XVIII, as quais valorizavam a liberdade de ir e vir, de escolher

onde e como viver. Sujeitos e grupos destituídos de liberdade política nas estruturas do antigo regime viveram as vicissitudes das revoluções industrial e francesa, participando da definição das novas configurações societárias, marcadas pelo esfacelamento do senso coletivo e por uma ética da indiferença em relação ao outro. A ambivalente ideia de cidadania moderna foi acompanhada pela contínua valorização das liberdades individuais, o que, por um lado, gerava novas condições políticas aos mais favorecidos, mas, por outro, compelia tais sujeitos a refugiarem-se em seus espaços privados, a desconsiderarem os interesses públicos, a tornarem-se passivos espectadores de uma sociedade desigual. Segundo Sennett (2008, p. 214), o movimento autônomo, as novas configurações socioculturais e seus respectivos conflitos levaram à ampliação da sensibilidade dos sujeitos, ao mesmo tempo em que contribuíram para diminuir “a experiência sensorial despertada, por lugares ou pessoas que neles se encontrem”.

Assim, também pensamos nas discussões sobre italianidade a partir da perspectiva analítica proposta por Gay (1988), historiador que trabalha o conceito de cultura por meio das realizações humanas e das experiências acumuladas pelos sujeitos, considerando os complexos cenários advindos das relações sociais em movimento. Segundo Gay (1988), no contínuo, difuso e contraditório processo de educação dos sentidos, a cultura é o espaço da produção das visões de mundo, das formas de sociabilidade e sensibilidade.

Ao amalgamar temporalidades múltiplas, a Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018) representa valores e concepções societárias, expressando um determinado processo de educação dos sentidos e de constituição de formas de sociabilidade e sensibilidades que envolvem as práticas culturais dos sujeitos históricos.

## **Para além da italianidade: o diálogo com histórias plurais**

No que tange aos primeiros imigrantes europeus estabelecidos na região de Santa Teresa, estudos recentes embasados em relatórios e outros

documentos do século XIX guardados pelo APEES apontam a presença de poloneses, chamados de “polacos”, por volta de 1873, mesmo antes da criação do núcleo colonial. Envolvidos em conflitos com as autoridades coloniais em Santa Leopoldina, muitos deles deixaram a sede da colônia e aceitaram lotes na região do Timbuhy (BUSATTO, 2016; GROSSELLI, 2008).

Na perspectiva de recorrer aos indícios, fios e rastros do passado a partir do conceito de imagens dialéticas, a invisibilidade dos poloneses no amálgama da configuração sociocultural do núcleo colonial que deu origem ao município de Santa Teresa, traz à tona questionamentos sobre as múltiplas faces das tendências culturais prevaletentes na construção das narrativas históricas. No esforço de produção visando a novos olhares e novas leituras sobre a história (GALZERANI, 2008), como revelar fatos esquecidos e/ou apagados pela história oficial de Santa Teresa? Que imagens do passado podem possibilitar a construção de narrativas capazes de decifrar as experiências dos poloneses, entre outros, como sujeitos inteiros que participaram com seus projetos de vida, anseios e sonhos da construção da história da cidade?

Em relação aos poloneses, Scalzer (2014) aponta que esses imigrantes se estabeleceram em uma porção de terras denominada Baixo Timbuhy, nas margens do rio Cinco de Novembro, numa localidade inicialmente chamada de “Patrimônio dos Polacos”, correspondendo hoje ao distrito de Santo Antônio do Canaã, onde residem as últimas famílias de seus descendentes.

Entrevistado pelo jornalista Nilo Tardin – que publicou no dia 08 de dezembro de 2013 a matéria intitulada *História esquecida dos poloneses* no periódico *A Tribuna*, órgão de imprensa sediado em Vitória/ES –, o pesquisador Luiz Busatto (2013) destacou a presença polonesa na região da estrada do Timbuhy antes da chegada dos primeiros imigrantes trentinos. A partir de documentos do APEES, Busatto (1998) realizou investigações que focalizam o momento histórico da fundação do Núcleo Timbuhy, rompendo com o silêncio sobre

a imigração polonesa na região, “esquecida” pelos estudiosos da imigração italiana.

Na aproximação com a literatura e suas possibilidades de desvelar experiências históricas, damos relevo ao romance *Karina*, de Virginia Tamanini, escritora e artista plástica, nascida em Santa Teresa no dia 4 de fevereiro de 1897, filha de imigrantes italianos. A obra mencionada, escrita na década de 1960, reconstitui ficcionalmente os conflitos e as conquistas dos imigrantes europeus estabelecidos em terras do Espírito Santo no século XIX. Na narrativa literária de Tamanini, os colonos italianos que viviam em abrigos provisórios enquanto trabalhavam na abertura da estrada que os levaria aos seus lotes na região do Timbuhy, encontraram os poloneses já instalados. Esse encontro é assim descrito:

[...] – Uma casa? Um palácio? Aqui por perto?

– Sim – confirmou Arthuro – Uma casa com esteios bem trincados, coberta de tabuinhas, com janelas e portas verdadeiras que se abrem e se fecham. Chaminé e tudo. E uma escada de madeira para subir e descer. Um vero palácio reinando no mato.

– Até parece mentira – suspirei. – E que espécie de gente vive lá?

– Gente como nós. Só não falam o italiano, falam o polaco. (TAMANINI, 1981, p. 35).

Ao refletir sobre o papel da literatura na construção de valores e visões de mundo, Dadalto (2008), com base em um levantamento quantitativo e na análise das obras literárias produzidas entre os anos de 1960 e 2005 sobre a trajetória dos imigrantes italianos, afirma que tais obras ajudaram a construir e divulgar o mito da italianidade ao reproduzir os sonhos e as realizações dos imigrantes.

Ressaltando nossos diálogos com o campo dos estudos culturais, trabalhamos a obra literária na relação com outras formas de linguagem, abordando seu contexto de produção com vistas a oportunizar reflexões sobre as experiências humanas no tempo. Nessa perspectiva, a literatura torna-se uma fonte para pensarmos a construção de narrativas históricas, “[...] os traços que constroem o

mito das origens, a designação dos pais fundadores, o panteão dos heróis, os feitos memoráveis, as datas a lembrar, os sítios emblemáticos de culto” (PESAVENTO, 2004, p. 224).

Retomando a trajetória dos poloneses, em um ofício de 11 de julho de 1875 o diretor interino da colônia de Santa Leopoldina, Pedro de Sant’Anna Lopes, relata as autoridades provinciais uma saturação na ocupação dos espaços por imigrantes alemães, esclarecendo e justificando a criação do núcleo Timbuhy, onde já havia a presença de poloneses.

A conveniência da criação quanto antes de uma colônia nas fertilíssimas matas do Timbuí [*sic*], torna-se cada vez mais urgente. A colônia de Santa Leopoldina acha-se já em tal estado de desenvolvimento que já se pode ir cuidando de sua próxima emancipação. [...] Deste modo, o Governo poderá daqui a quatro anos decretar a emancipação desta colônia, fazendo-a entrar na massa comum da população. Para poder-se chegar a este fim convém, desde já, encaminhar a emigração para o Timbuí [*sic*], onde já existem emigrantes polacos estabelecidos há dois anos, e onde acabo de estabelecer os italianos recém-chegados [...]. (BUSATTO, 2016).

Por esse caminho, conforme Busatto (1998, 2016), no ano de 1870 cento de trinta e cinco famílias polonesas viviam na região do Timbuhy e envolveram-se em conflitos na colônia de Santa Leopoldina. Esses sujeitos eram considerados – pelas autoridades e por outros colonos – ociosos, de temperamento turbulento, beberrões, revolucionários e ladrões. Existe o registro de um motim em Santa Leopoldina, quando poloneses exigiram voltar a Europa sob a alegação da insuficiência de lotes, baixos salários e ausência de médicos (BUSATTO, 1998; GROSSELLI, 2008).

Mediante o exposto, os poloneses estavam distantes do ideal de colono europeu construído no século XIX, momento histórico marcado pela substituição da mão de obra escravizada pela força de trabalho livre. Em contrapartida, o imigrante italiano é identificado aos valores relativos à

ética do trabalho, da família e da religiosidade. Segundo Dadalto (2011, p. 34), “[...] esses valores [...] em muitas colônias, possibilitaram a criação de uma coesão entre os membros e a estigmatização daqueles que não aceitavam compartilhá-los”.

A autora ainda sublinha:

[...] no primeiro e segundo quartel do XX, período em que mais de 80% da população espírito-santense vivia na área rural – a maior parte em pequenas colônias isoladas, voltadas ao cultivo do café –, descendentes de imigrantes italianos chamavam causticamente poloneses de polacos, negros eram discriminados, turcos eram rejeitados. (DADALTO, 2011, p. 34).

E, considerando a perspectiva de um passado celebrativo construído em torno da italianidade em Santa Teresa, o silenciamento diante da presença histórica de um povo definido como “desordeiro” pode ser relacionado à criação de fantasmagorias modernas e seus efeitos destrutivos sobre as experiências coletivas. Para Kang (2009, p. 221), “[...] em uma sociedade moderna, o indivíduo é padronizado e representado em termos de uma entidade funcional que é constantemente reprodutível”.

Cabe salientar que a segunda metade do século XIX, período da maciça imigração europeia para o Brasil, corresponde tanto à fase final do regime escravista quanto à implementação da política do embranquecimento da população. A dialética desses acontecimentos ressalta a apropriação por setores da elite nacional de ideais modernizadores e progressistas (SCHWARCZ, 1993). Assim, é preciso considerar que a política migratória promovida no século XIX relacionava-se a múltiplos fatores de ordem política, econômica, social e cultural. Entre as justificativas para o incentivo estava nas entrelinhas, de forma sorrateira, o branqueamento da população e a necessidade de construir uma nação mais civilizada (ALVIM, 1992).

Nesse cenário, a valorização do perfil dos imigrantes italianos atende a uma construção social específica capaz de silenciar e invisibilizar

identidades não correspondentes ao padrão delineado. E, em conformidade com a narrativa dominante, constrói-se “uma representação da identidade [...] fundada nos italianos trabalhadores e vencedores” (DADALTO, 2008, p. 148).

As questões concernentes a esse processo reverberam em imagens dialéticas do passado, como lampejo repentino, dando sentido e significado às construções sociais do presente, como a Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018) permeada de valores e visões de mundo em torno da italianidade. Assim, “[...] a experiência instantânea não permanece no passado; ela é recuperada na forma de uma imagem do agora” (KANG, 2009, p. 222).

Sobre o ideal construído em torno da italianidade, Favaro (2010, p. 799) ressalta:

Trabalho, parcimônia, modéstia, solidariedade, harmonia, esperança, alegria. Valores típicos de comunidades cuja sobrevivência física dependia (e ainda depende, em certa medida) do esforço coletivo resultaram em um estereótipo do imigrante “italiano” e de seus descendentes. Progressivamente, a representação passou a ser testemunho de verdade, e o imigrante assumiu, perante a sociedade brasileira, a imagem daquele que trabalha sem descanso, não se deixa vencer pela fadiga, é honesto em todas as circunstâncias. No imaginário coletivo, era o “construtor de vilas e cidades”.

Segundo Dadalto (2011), em Santa Teresa havia, além das diferenças entre os italianos, conforme a região de origem, outros grupos e etnias com grande dificuldade de comunicação e, ainda, à sombra dos preconceitos.

A retomada das trajetórias de outros sujeitos na construção da história de Santa Teresa, relegados à invisibilidade mediante um discurso cultural celebrativo e homogeneizador, não desconsidera a participação dos imigrantes italianos com seus projetos de vida, sonhos e ideais. As perspectivas plurais da história apontam para outros partícipes, esquecidos por narrativas oficiais, trazendo à tona as múltiplas ações sociais de diferentes sujeitos em um amplo repertório de possibilidades culturais.

## Considerações finais

O reconhecimento oficial de Santa Teresa como município pioneiro da imigração italiana no Brasil, expresso na Lei nº 13.617 (BRASIL, 2018), evidencia a italianidade como uma narrativa histórica que proporciona a sensação de coesão social e de pertencimento aos italianos e seus descendentes nessa localidade.

O deputado federal Sérgio Vidigal, autor do Projeto de Lei que tramitou no Congresso Nacional, afirmou na audiência pública realizada na Câmara Municipal da localidade: “Santa Teresa, é sem dúvida, a primeira colônia italiana no Brasil e que esse é o ato inicial do reconhecimento de uma inquestionável e justa homenagem nacional aos colonizadores e ao município mãe” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 5).

Por esse caminho, a narrativa em torno da italianidade reverbera em uma versão homogênea e idealizada da história da cidade, cujos sentidos e significados são enunciados na referida Lei e em sua perspectiva celebrativa da imigração italiana, a qual não abre espaço para histórias plurais a partir da legitimação do Estado brasileiro e das autoridades locais. Reconhecida oficialmente, uma versão da história pode assumir estatuto de verdade, permeando e orientando a construção de saberes socioculturais. No caso de Santa Teresa, a preocupação exacerbada com a promulgação da Lei – interpretada por determinados sujeitos como a conquista do título de cidade pioneira da imigração italiana no Brasil – aponta para a implementação de ações voltadas ao incremento da indústria do lazer e do turismo, reforçando aspectos da fantasmagoria moderna e sua tendência a folclorizar as singularidades culturais e negligenciar as múltiplas experiências sociais dos sujeitos históricos.

Essa narrativa em torno da italianidade está relacionada, ainda, ao contínuo, incisivo e heterogêneo processo de educação dos sentidos que envolve as práticas sociais dos sujeitos históricos. Trata-se de uma educação vivenciada cotidianamente por meio de estímulos de natureza diversa, provenientes da circulação por

diferentes espaços, pelo estabelecimento de práticas culturais de ouvir e observar capazes de produzir significados e modelar, de forma sutil e silenciosa, as sensibilidades e as visões de mundo dos sujeitos (GALZERANI, 2016; GAY, 1988).

Desse modo, a contrapelo de tendências homogeneizadoras, é necessário historicizar a cidade levando em consideração os processos que a instituem e a transformam continuamente. Entremeando as discussões a respeito das narrativas sobre o passado, o avanço das concepções relativas à modernidade capitalista (BENJAMIN, 2012) produziram impactos culturais marcantes, engendrando formas específicas de relação dos sujeitos com as dimensões de tempo e espaço.

Na denominada modernidade, as experiências plenas de significado foram gradativamente sendo refreadas, cedendo lugar a vivências automatizadas, caracterizadas pela impessoalidade, individualismo e imediatez das percepções (BENJAMIN, 2012; SENNETT, 1988, 2008). Diante dessas práticas socioculturais, surgiram brechas para o passado – cada vez mais tratado em formatos ritualizados e/ou estetizados – ser representado por intermédio de fantasmagorias. Nesse cenário moderno, os sujeitos tornam-se apenas espectadores passivos da história.

O processo de imigração italiana, relacionado à ideia de continuidade histórica, assume um papel de formalização e ritualização de alguns aspectos da vida social (HOBSBAWM; RANGER, 1984). Assim, as referências do passado, compreendidas como imutáveis e invariáveis, tornam-se mercadorias passíveis de serem consumidas.

Considerando os conhecimentos dos sujeitos, as forças políticas e as inúmeras configurações das relações sociais, é possível pensarmos em imagens dialéticas, plurais, que produzam rupturas nas fantasmagorias modernas e valorizem as experiências díspares daqueles que participaram das experiências históricas da cidade. Dessa forma, podemos pensar como a cultura é continuamente reinventada e ressignificada por sujeitos inteiros, dotados de racionalidade e

sensibilidades, evidenciando as relações entre forças sociais, suas contradições, negociações, fraturas e oposições.

## Notas

1 A cidade de Santa Teresa está localizada na região serrana do Espírito Santo, a 78 quilômetros da capital Vitória. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2021 era de 23.853 pessoas. Informações disponíveis no seguinte sítio eletrônico: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama>.

2 O dia 26 de junho é feriado municipal em Santa Teresa, data em que é comemorado o “Dia do Município”, em referência aos primeiros lotes de terras que foram entregues aos colonos pelas autoridades provinciais no ano de 1875.

## Referências

ALVIM, Zuleika. A América e seus novos descobridores. *Revista USP*, v. 12, p. 68-73, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25576/27318>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Grupo Documental Governadoria**, Segunda Série (383 L), livro 71, 1872-1875.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.617, de 11 de janeiro de 2018**. Institui no calendário oficial brasileiro o dia 26 de junho como Data do Reconhecimento do Município de Santa Teresa (ES) no pioneirismo da imigração italiana ao país. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13617.htm). Acesso em: 16 jan. 2023.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BUSATTO, Luiz. Por uma identidade ítalo-capixaba. *In*: CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia (coord.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Edufes, 1998. p. 294-315.

BUSATTO, Luiz. História esquecida dos poloneses. Entrevista concedida ao jornalista Nilo Tardin. *A Tribuna*, Vitória, ano 75, s. n., p. 22, 8 dez. 2013.

BUSATTO, Luiz. A imigração italiana no Espírito Santo. *In*: ADMINISTRADORES. **Estação Capixaba: estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo**, 1 jan. 2016. Disponível em: <https://estacaocapixaba.com.br/capitulo-ii-imigracao-italiana-no/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 2.619, de 12 de agosto de 2015**. Projeto de Lei que trata da instituição no Calendário Oficial Brasileiro do dia 26 de junho como data do reconhecimento do Município de Santa Teresa (ES) na condição de Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F9D9B2CACF429228014D071455869FD8.proposicoesWebExterno2?codteor=1463324&filename=Avulso+PL+2619/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F9D9B2CACF429228014D071455869FD8.proposicoesWebExterno2?codteor=1463324&filename=Avulso+PL+2619/2015). Acesso em: 21 nov. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

DADALTO, Maria Cristina. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído? **Pensamento Plural**, v. 3, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3746>. Acesso em: 11 dez. 2022.

- DADALTO, Maria Cristina. Trajetórias migrantes: ambivalência na interação ‘nós’ e os ‘outros’. **Dimensões**, v. 26, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2559/2055>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.
- FAVARO, Cleci Eulalia. Penélopes do século XX: a cultura popular revisitada. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 17, n. 3, jul./set. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702010000300013>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, história e tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. **Cadernos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**, v. 21, n. 28, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/152>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Almanaque, a locomotiva da cidade moderna**: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2016.
- GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Tradução de Márcia Sarcinelli. Vitória: APEES, 2008. (Coleção Canaã; v. 6).
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KANG, Jaeho. O espetáculo da modernidade: a crítica da cultura de Walter Benjamin. **Novos Estudos Cebrap**, n. 84, jul. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002009000200012>. Acesso em: 30 nov. 2022.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura sobre das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MATOS, Olgária Chain Féres. Posfácio. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 1123-1140.
- MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura**: a casa rural do imigrante italiano no espírito santo. 2. ed. Vitória: Flor & Cultura, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: BRESCIANI, Stefano; NAXARA, Márcia Regina Capelari (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 221-236.
- SCALZER, Simone Zamprognio. **O núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a memória e a história**: formação histórica territorial, projetos de governo e preparação dos lotes para os imigrantes (1847-1891). 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução de Lúcia Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de

Marcos Santarrita. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

TAMANINI, Virginia Gasparini. **Karina**. 10. ed. Brasília: Editora Artway, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao

pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.